

Sofrimentos, desafios e possibilidades de cuidados para crianças: rupturas, desordens e reordenamentos da vida cotidiana nos contextos pandêmico e pós-pandêmico de covid-19

Eunice Nakamura

Introdução

A pandemia de covid-19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, evidenciou e agravou situações de desordens sociais preexistentes, como as vulnerabilidades de certos grupos (Nakamura; Silva, 2020), também fazendo irromper outras, principalmente pelas medidas de distanciamento e isolamento social. No início da pandemia, tínhamos dúvidas sobre um possível retorno à normalidade, prioritariamente pelas rupturas impostas às relações sociais, as quais afetaram as maneiras instituídas de viver em sociedade. Diante de um mundo caótico e conturbado, a sensação de impotência e angústia expressava nosso afastamento de normalidades (re)conhecidas, causando, no geral, sofrimento. Perguntávamos ainda a qual normalidade nos referíamos e buscávamos, especialmente em questões relativas à nossa saúde mental.

Nos meses que se seguiram ao início da pandemia, estudos foram realizados em diferentes países para investigar possíveis consequências do distanciamento e do isolamento social à saúde mental das pessoas, em particular de crianças, adolescentes e jovens, apontando para o aumento de problemas de saúde mental nesses grupos.

O documento *Covid-19 e saúde da criança e do adolescente* (Fiocruz, 2020) apresentou um alerta de que a pandemia de covid-19, assim como outras catástrofes naturais, guerras e desastres, é um evento

traumático que pode afetar o bem-estar psicossocial das pessoas, sobretudo pelas dificuldades de enfrentamento e adaptação aos desafios que impõe. Estudos ressaltaram, assim, as consequências do contexto pandêmico à saúde mental de crianças, evidenciando principalmente os impactos do isolamento, do distanciamento social e das rupturas em suas rotinas, expressos por sensações de medo, insegurança, irritação, dificuldades de concentração, alterações no sono e no humor, ansiedade, estresse e sintomas de depressão, entre outros problemas (Bilar *et al.*, 2022; Imran; Zeshan; Pervaiz, 2020; Jiao *et al.*, 2020; Lee, 2020; Loades *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2020; UNICEF, 2021).

Realizados a partir de investigações desenvolvidas durante o período pandêmico, alguns desses estudos destacaram, entretanto, que os impactos das rupturas ocorridas nas rotinas das crianças poderão ser sentidos por muitos anos (UNICEF, 2021), podendo alterar o modo como responderão a desafios futuros (Bilar *et al.*, 2022). Nesse sentido, as experiências vividas por crianças, marcadas pelo período prolongado de isolamento e distanciamento social, podem continuar se manifestando em problemas de saúde mental, mesmo no atual período, denominado “pós-pandêmico”.²⁰ Como em catástrofes ou eventos traumáticos,

Essas experiências de adversidade relacionadas a situações limites se estendem na história pessoal dos indivíduos e pressupõe-se que, no caso da pandemia provocada pelo coronavírus em 2020, repercutirá emocional e psicologicamente a longo prazo (Oliveira *et al.*, 2020, p. 9).

A ideia de continuidade e de permanência dos impactos da pandemia à saúde mental de crianças, principalmente daquelas em situações de vulnerabilidade social, chama a nossa atenção pela necessidade de um olhar atento sobre as mudanças ocorridas, não apenas em suas trajetórias individuais, mas também nas dimensões social, cultural e política de suas/nossas vidas.

As rupturas e desordens causadas pela pandemia de covid-19 são o ponto de partida para esta reflexão antropológica sobre o sofrimento²¹

²⁰ No texto, o termo “pós-pandêmico” é utilizado entre aspas, em razão da discussão sobre as repercussões em longo prazo da pandemia de covid-19 na saúde mental, como apontado por Oliveira *et al.* (2020), UNICEF (2021) e Bilar *et al.* (2022).

²¹ Partimos de um quadro preocupante no tocante a problemas de saúde mental em crianças, como evidenciado nos estudos citados, para aprofundar o debate, da perspectiva antropológica, sobre o sofrimento de crianças causado pelo contexto

de crianças, as possibilidades e desafios que se apresentam aos cuidados voltados a elas, apontando ainda questões sobre o (re)ordenamento da vida no contexto “pós-pandêmico”.

Este capítulo parte, portanto, do quadro de problemas de saúde mental em crianças, já evidenciados em estudos sobre as consequências da pandemia de covid-19, para fazer um convite à reflexão antropológica sobre como os processos de ruptura e desordem nas relações sociais, iniciados no contexto pandêmico e que se desdobraram no contexto “pós-pandêmico”, influenciaram nos modos de ser, sentir, sofrer – enfim, de viver –, especialmente de crianças.

A reflexão é menos a busca de respostas que indiquem a possibilidade de retorno à normalidade de nossas vidas do que um convite para pensar e dialogar, por meio da escrita, sobre novas (ou antigas) questões que têm nos inquietado e que são aqui abordadas em duas partes: 1) rupturas, desordens e sofrimentos: (re)ordenamentos possíveis do mundo; e 2) desafios e possibilidades de cuidados para crianças. No final, tecemos algumas considerações sobre possíveis (re)ordenamentos do mundo em relação às várias formas de vida visibilizadas no contexto pandêmico.

Espera-se que as questões suscitadas pela reflexão antropológica possam ampliar os olhares sobre os modos de sofrimento em crianças, sobretudo em contextos que levam à ruptura das relações sociais e afetam as maneiras de viver, a exemplo do recente contexto pandêmico; e também sobre possibilidades e desafios aos cuidados de que necessitam, no sentido da (re)composição dessas tessituras sociais esgarçadas ou rompidas, visando a um possível reordenamento de suas vidas cotidianas. Apostamos, assim, que olhar e pensar o mundo à luz de diferentes “óculos teóricos” pode, ao menos, indicar algumas pistas ao debate necessário sobre formas de sofrimento e necessidades de cuidados para crianças desde a pandemia de covid-19.

pandêmico. O deslocamento conceitual de problemas de saúde mental para sofrimento é explicitado no item 2, a partir das contribuições de Duarte (1998).

Rupturas, desordens e sofrimentos: (re)ordenamentos possíveis do mundo

Qualquer que seja a classificação, esta possui uma virtude própria em relação à ausência de classificação (Lévi-Strauss, 2002, p. 24).

A classificação é, segundo Lévi-Strauss (2002, p. 30), “superior ao caos”, portanto necessária ao ordenamento do mundo. Diante de um mundo desordenado pela pandemia de covid-19, a classificação de algumas consequências dessa desordem, principalmente em crianças, tem possibilitado uma reorganização de suas vidas, ao menos para adultos. Manifestadas como estados problemáticos em relação à saúde mental, consequências da pandemia na vida de crianças, como medo, insegurança, irritação, dificuldades de concentração, alterações no sono e de humor, ansiedade, estresse e sintomas de depressão, anteriormente citadas, passaram a ser identificadas, tornando-se objeto de olhares e cuidados por parte de adultos.

Estudos realizados em vários países têm indicado não apenas um aumento desses problemas de saúde mental em crianças como a sua possível permanência ao longo do tempo (Oliveira *et al.*, 2020; UNICEF, 2021). A preocupação de pesquisadores com as repercussões emocionais e psicológicas da pandemia tem levado à busca da identificação dos principais problemas manifestados por crianças e à proposição de estratégias de cuidado, para que possam lidar com os desafios e dificuldades surgidos a partir do contexto pandêmico.

A identificação de sinais e sintomas de problemas mentais possibilita, assim, a classificação de certos comportamentos e respostas emocionais das crianças à pandemia, a partir de padrões (biomédicos) conhecidos, para “fazer voltar à norma uma função ou um organismo que dela se tinha afastado” (Canguilhem, 1978, p. 94).

Em relação a um possível (re)ordenamento do mundo pela classificação dos comportamentos observados em crianças, há que se ressaltar, no entanto, algumas questões. A classificação biomédica dos problemas mentais na infância segue padrões social e culturalmente definidos de anormalidade e normalidade, sendo essas condições, nos termos apresentados por Canguilhem (1978), referidas, respectivamente, a indivíduos responsáveis por infringir ou restituir a norma. Portanto, a classificação dos problemas mentais em

crianças opera fundamentalmente a partir do indivíduo e de padrões socioculturais conhecidos.

Ressalta-se que essa classificação, embora necessária ao (re)ordenamento do mundo, ou à “superação do caos”, baseia-se em princípios conhecidos da lógica biomédica. As rupturas e desordens impostas pela pandemia de covid-19 parecem apontar, entretanto, a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre a possibilidade do próprio (re)ordenamento de um mundo não mais (re)conhecido. Não se trata aqui de questionar a lógica classificatória baseada no conhecimento médico-científico, mas destacar que ainda temos muito a compreender sobre as consequências da pandemia na vida das crianças, não apenas em sua dimensão biológica, mas também nas dimensões social, cultural e política, como indicado na introdução do capítulo. Além disso, as mudanças ocorridas na ordem social, marcada por desordens e rupturas, parecem exigir a compreensão não apenas de fatores que causam problemas mentais em crianças, mas de processos de várias outras ordens que suscitaram nelas formas mais complexas de sofrimento.

As contribuições da antropologia a esse debate não são recentes, sobressaindo-se a “[...] perspectiva crítica quanto à legitimidade do saber médico e ao seu monopólio sobre esses fenômenos [relacionados à saúde e à doença]”, ao problematizar a “[...] pretensa universalidade das categorias de doença do discurso médico-científico [...]” (Nakamura, 2016, p. 49).

Em que pese a amplitude da categoria “problemas de saúde mental”, adotamos neste texto a noção mais abrangente, fundamentada na antropologia médica e da saúde, de “sofrimento”, tanto no sentido físico como moral, resultante da “[...] experiência de uma disrupção das formas e funções regulares da pessoa [...]” (Duarte, 1998, p. 13).

Em um debate mais atual, Lovell (2013) chama a atenção para antropólogos que, diferentemente do movimento ocorrido na psiquiatria, que levou à substituição do termo “doenças mentais” por “transtornos (ou desordens) mentais”,²² passaram a utilizar apenas o

²² Não vamos nos deter aqui na explicação da mudança ocorrida no campo da psiquiatria, citada por Lovell (2013). Ressaltamos, no entanto, o caráter polissêmico tanto do termo “*disorder*” (em inglês) como “*trouble*” (em francês), que podem ser traduzidos para o português como transtorno, distúrbio, disrupção ou desordem. No Brasil, utilizamos mais comumente o termo “problema de saúde mental” ao nos referirmos a uma série de questões relacionadas ao campo da saúde mental, cujo processo sócio-histórico de origem distancia-se da psiquiatria e do conceito

termo “desordem”, retirando dele o adjetivo “mental”, afirmando assim a relevância do termo ao debate antropológico contemporâneo,

[...] então estendido para abranger a multiplicidade de formas de desordem (econômica, política, social), violência, trauma e sofrimento coletivo e privado de todos os tipos – guerras, desastres, conflitos racializados [...] (Lovell, 2013, p. 10, tradução nossa).²³

Os termos “sofrimento”²⁴ e “desordem”, apresentados, respectivamente, por Duarte (1998) e Lovell (2013), parecem convergir para a reflexão sobre a complexidade de problemas decorrentes do contexto pandêmico e que colocam em questão as possibilidades de (re)ordenamento do mundo, uma vez que “a situação de pandemia é distinta; nela a desordem é desregrada”, como afirma Ortiz (2021, p. 182).

As formas de classificação do mundo, como necessidade de superação do caos, são fundamentais às sociedades humanas e baseiam-se em padrões socioculturais conhecidos, sejam eles da ordem do pensamento científico ou mágico (Lévi-Strauss, 2002). O “desregramento” apontado por Ortiz (2021), entretanto, parece restringir as possibilidades de explicação e (re)ordenamento do mundo a partir desses padrões, no contexto “pós-pandêmico”, principalmente no tocante ao pensamento científico. Não basta identificar e classificar os problemas de saúde mental, é preciso se debruçar sobre as maneiras de lidar com as consequências da pandemia, que continuam a impactar as nossas vidas, assim como refletir sobre os desafios futuros. Enfim, torna-se necessário compreender mais profundamente os processos

de doença mental. No entanto, para os fins desta proposta reflexiva, da perspectiva antropológica, optamos por navegar entre as noções de desordem e sofrimento.

²³ No original: “[...] *s’étend allors pour englober la multiplicité des formes de désordre (économiques, politiques, sociales), de violences, de traumatismes et de souffrances collectives et privées en tout genre – guerres, désastres, conflits racialisés* [...]”.

²⁴ Ao enfatizar o necessário “esforço de relativização antropológica desses fenômenos [doença, sofrimento, dor]”, Duarte (1998, p. 13) faz menção à categoria “perturbação”, também no sentido físico e moral, a qual pode abranger “[...] muitas das situações reconhecidas como ‘patológicas’ em nossa cultura – pelo menos em suas versões mais eruditas ou oficiais – [e que] podem ser consideradas ‘regulares’ em outras, deixando mesmo de implicar qualquer ‘sofrimento’ peculiar”. Em que pese a abrangência do conceito de perturbação, consideramos a categoria “sofrimento” mais adequada ao diálogo pretendido também com a área da saúde mental.

sociais, culturais e políticos, em relação com as questões biológicas e ambientais que têm nos afetado com maior intensidade, na medida em que “a racionalidade das sociedades modernas entra em crise diante da imprevisibilidade dos acontecimentos” (Ortiz, 2021, p. 182), que ocorrem muitas vezes no entrecruzamento dessas várias dimensões que tornam possível a própria vida.

A “desordem desregrada” a que se refere o autor não parece, portanto, indicar caminhos de retorno imediato à ordem, ou seja, de um (re)ordenamento do mundo. Diante da permanência da insegurança, do medo e da falta de respostas quanto ao futuro, a continuidade das desordens coloca-se como um problema, indicando possíveis formas de sofrimento às crianças.

A ordem do mundo, anteriormente (re)conhecida, mudou e nos transformou, assim como nossas vidas, colocando-nos em um “hiato entre temporalidades” (Ortiz, 2021), como se a ordem de um mundo conhecido fosse posta em suspenso, alimentando a nossa imaginação sobre um outro mundo (melhor?) e, ao mesmo tempo, nos alertando sobre realidades ainda em desordem, no sentido apontado por Lovell (2013), nas quais as crianças podem encontrar-se em sofrimento, mas também revelar-se sob novas formas de viver.

Desafios e possibilidades de cuidados para crianças

[...] o confinamento afeta drasticamente as relações sociais: aumenta a pobreza das populações precárias, acentua o isolamento e a solidão dos indivíduos (teletrabalho, ensino a distância), reduz a capacidade de se projetar no futuro [...] (Ehrenberg, 2021, p. 1, tradução nossa).²⁵

No contexto pandêmico descrito por Ehrenberg (2021), destacamos duas questões importantes a nossa reflexão: o aumento da situação de precariedade de certos grupos da população e as incertezas em relação ao futuro.

²⁵ No original: “[...] *le confinement atteint drastiquement les relations sociales: il augmente la pauvreté des populations précaires, accentue l’isolement et la solitude des individus (télétravail, cours en distanciel), diminue la capacité à se projeter dans l’avenir [...]*”.

No item anterior, discutimos como as incertezas e a falta de respostas quanto ao futuro podem indicar formas de sofrimento em crianças, pela impossibilidade de (re)ordenamento de suas, também nossas, vidas. Ao nos voltarmos à questão da precariedade, ou melhor, da vulnerabilidade,²⁶ ressaltamos a relevância de considerarmos os aspectos socioculturais, éticos e políticos na reflexão antropológica sobre sofrimento e cuidado.

A pandemia de covid-19 evidenciou situações de vulnerabilidade de certos grupos sociais, principalmente pela impossibilidade de seguir as medidas de isolamento e distanciamento social, de ter acesso a materiais necessários à prevenção e aos serviços de saúde, enfim, de viver. Essas vulnerabilidades se tornaram ainda mais visíveis, na medida em que as consequências da pandemia à saúde mental das pessoas foram ressaltadas, revelando grupos vulneráveis da população, incluindo-se as crianças.

Nos estudos sobre tais consequências para crianças, situações de vulnerabilidade social são associadas a um maior risco de sofrimento, a exemplo de crianças com necessidades especiais, moradoras de favelas, centros de isolamento ou áreas de conflito (Imran; Zeshan; Pervaiz, 2020). Destacam-se, além disso, vulnerabilidades que ficaram ainda mais expostas durante o período de distanciamento social, como nas situações de violência doméstica (Oliveira *et al.*, 2020), uma das principais causas de sofrimento de mulheres e meninas.

No entanto, para além do agravamento de problemas relacionados à saúde mental, as vulnerabilidades visibilizadas no contexto pandêmico revelam as várias tensões existentes em nossas sociedades e as relações que mantemos uns com os outros no cotidiano. Assim, ao prestarmos atenção às situações de vulnerabilidade de certos grupos durante a pandemia, passamos a olhar as pessoas, como as crianças, em suas vidas comuns, das quais a vulnerabilidade faz parte. Nessa atenção a quem é, no geral, invisível em suas vidas cotidianas vamos nos deter para falar sobre o cuidado.

Lovel (2013) afirma que é no olhar atento e cuidadoso ao outro que o aspecto ético do cuidado se fundamenta – de acordo com a

²⁶ Adotamos o termo “vulnerabilidade” para discutir não apenas a situação de precariedade de certos grupos sociais em relação à sua condição socioeconômica, mas fundamentalmente a dimensão social da vulnerabilidade, referida a grupos cujas trajetórias são historicamente marcadas pela violação de direitos (Nakamura; Silva, 2020) em relação a gênero, raça, etnia, geração, entre outros marcadores sociais.

análise desenvolvida por Sandra Laugier (2013), baseada na perspectiva filosófica de Ludwig Wittgenstein e Stanley Cavell –, destacando que

[a] “preocupação” própria ao cuidado exige, ao contrário [de uma perspectiva universalista, como na noção ético-política de justiça], atenção cuidadosa ao que é mais frequentemente invisível [como as crianças] – quando o que devemos prestar atenção, o que deve ser cuidado, não é, ousado dizer, “invisibilizado” (Lovell, 2013, p. 12, tradução nossa).²⁷

O aspecto ético do cuidado, que é também político, coloca-nos frente ao desafio de responder a que e a quem essa ética se volta: “[...] a infinita diversidade de estados mentais alterados, catástrofes subjetivas, sofrimento e angústia social e física, experiências psicopatológicas (a “loucura”)²⁸ [...]” (Lovell, 2013, p. 7, tradução nossa).²⁹ Chamamos a atenção para esses estados de sofrimentos e angústias, os quais expressam, a nosso ver, desordens em situações de desordem, como na pandemia de covid-19.

Esses aspectos reiteram a relevância, no debate antropológico, de questões relacionadas a formas de sofrimento ou de desordem, conforme salientado anteriormente, para refletirmos mais especificamente sobre possibilidades e desafios aos cuidados voltados a crianças no contexto “pós-pandêmico”. Nesse sentido, para cuidar, devemos nos voltar a quem deve ser cuidado, àquelas e àqueles “[...] cujas vida e bem-estar exigem uma atenção particularizada, contínua, cotidiana” (Laugier, 2013, p. 164, tradução nossa).³⁰ Não se trata, entretanto, segundo a autora, de restringir o cuidado a uma preocupação com as pessoas mais vulneráveis, frágeis

²⁷ No original: “*Le ‘souci’ propre au care réclame à l’inverse [d’une perspective universaliste comme dans la notion politico-éthique de justice] une attention minutieuse à ce qui reste le plus souvent invisible – quand ce à quoi il faudrait faire attention, ce dont il faudrait prendre soin, n’est pas, j’ose dire, ‘invisibilisé’.*”

²⁸ De acordo com a autora, a referência à “loucura” reflete o deslocamento conceitual operado pela antropologia contemporânea para compreender aspectos mais amplos do que aqueles associados à noção psiquiátrica de doença mental: a subjetividade e a construção do sujeito, bem como as dimensões “psicológicas” da vida cotidiana (Lovell, 2013).

²⁹ No original: “[...] *la diversité infinie des états mentaux altérés, des catastrophes subjectives, des détresses et des détressages sociaux et physiques, des expériences psychopathologiques (la ‘folie’) [...].*”

³⁰ No original: “[...] *dont la vie et le bien-être dépendent d’une attention particularisée, continue, quotidienne [...].*”

ou vítimas das adversidades, mas considerar o desafio político que o cuidado pressupõe para garantir o nosso funcionamento cotidiano,³¹ na medida em que isso implica relações complexas que envolvem pessoas, instituições, também outros modos de existência – animais, bactérias, vírus – que são responsáveis por esse funcionamento, ou não, nas várias dimensões de nossas vidas.

Em relação à saúde mental, perguntamos, portanto, como garantir o cuidado e a atenção necessários a crianças cujas vidas são marcadas por situações de vulnerabilidade e de sofrimento em um mundo desordenado. Ou seja, como garantir o funcionamento cotidiano dessas formas de vida – definidas por Wittgenstein como “[...] esta continuidade da rotina diária, graças à qual um mundo se mantém como um mundo e, precisamente, trabalha incessantemente para se recompor como um mundo comum” (Lovell, 2013, p. 16, tradução nossa)³² – quando viver ordinariamente, independentemente do contexto pandêmico, já se colocava como uma tarefa extraordinária. Nessas situações de desordem, (re)ordenar a vida parece ser um enorme desafio à reconstituição de tessituras sociais esgarçadas ou rompidas, agravadas no contexto pandêmico. Perguntamos, enfim, sobre possibilidades e desafios para viabilizar as relações cotidianas, que nos permitem tomar cuidado de si e de outros, de modo a manter em funcionamento a própria vida.

Um horizonte a esses desafios parece estar na compreensão do cuidado como a necessidade de “[...] prestar atenção aos detalhes da vida que negligenciamos e que fazem dela uma forma de vida” (Laugier, 2013, p. 169).³³ Privilegiamos, assim, como um aspecto ético-político do cuidado a necessidade de escutar a(s) voz(es) das crianças³⁴ nas

³¹ Lovell (2013) e Laugier (2013) dialogam com a perspectiva de Veena Das acerca da vulnerabilidade do humano, compreendida como parte da própria vida cotidiana em que nos mostramos ao mesmo tempo vulneráveis e dependentes uns dos outros. Essas questões, inspiradas na perspectiva de Veena Das, são abordadas em um trabalho recente de Victora, Schuch e Siqueira (2021) sobre “ética ordinária e formas de vida em tempos pandêmicos”, a partir de pesquisa sobre o cotidiano de adultos de uma família branca de classe média no sul do Brasil.

³² No original: “[...] *cette continuité inaperçue du quotidien grâce à laquelle un monde se maintient en tant que monde et, justement travaille sans cesse à se retisser comme monde ordinaire*”.

³³ No original: “[...] *il faut prêter attention à ces détails de la vie que nous négligeons et qui en font une forme de vie*”.

³⁴ A antropologia da criança traz uma importante contribuição a essa questão, ao assumir a relevância das formas de comunicação e relação das crianças, mesmo que

relações que estabelecem com adultos, com outras crianças e também com agentes das políticas que se ocupam delas, na medida em que, ao se darem voz e expressividade, as crianças viabilizam e organizam cotidianamente possíveis formas de vida em seus próprios termos, não a partir da perspectiva de adultos e de propostas de cuidado voltadas a elas. Nessas propostas, em geral, pensa-se *sobre*, e não *com* elas, projetando modelos e concepções de infância baseados em padrões social e culturalmente reconhecidos, segundo ordens e normalidades nas quais não encontram lugar as desordens relativas a outras formas de viver...

Algumas considerações sobre os possíveis (re)ordenamentos do mundo e as várias formas de vida

A pandemia de covid-19 transformou nossas vidas e os sentidos a elas atribuídos a partir de padrões (re)conhecidos. Assim, as dúvidas sobre um possível retorno à normalidade da vida social constituem um paradoxo, na medida em que parece não haver sentido falar de um “novo” normal.

As consequências do contexto pandêmico, as rupturas e desordens impostas a nossas vidas e, em especial, às crianças, foram o que nos moveu a essa reflexão sobre “sofrimentos, desafios e possibilidades de cuidados para crianças”. Ressaltamos, nesse movimento, de um lado, nossas angústias pessoais frente às várias questões noticiadas acerca da situação das crianças desde o início da pandemia, em 2020: aumento dos problemas de saúde mental, defasagem de desenvolvimento e aprendizado devido ao fechamento das escolas, uso excessivo da *internet* e das redes sociais, ruptura nas relações sociais e isolamento, violências e abusos, sofrimento pela doença e pela morte de familiares, orfandade, situação de pobreza e fome, entre tantos outros problemas preocupantes. Saber sobre esses problemas tornava-se ainda mais angustiante quando

sejam diferentes dos adultos, considerando que “[...] o que têm a dizer aos adultos são contributos importantes sem os quais a compreensão da vida em/nas sociedades seria incompleta” (Ferreira; Nunes, 2014, p. 107). Além da contribuição epistemológica, essas e outras autoras que atuam nesse campo ressaltam a significativa contribuição metodológica de etnografias com crianças ao valorizar “[...] a escuta da fala das crianças” (Cohn, 2013, p. 232).

situados nos contextos de vulnerabilidade em que vivem muitas dessas crianças, nas periferias das grandes cidades, em favelas ou em regiões distantes e isoladas, de difícil acesso a serviços de saúde e a outros equipamentos públicos. De outro lado, havia nossa inquietação na busca de compreender, da perspectiva antropológica, as consequências desses contextos de rupturas e desordens para as vidas das crianças. Nessa inquietação, movida por antigas e novas questões, e num esforço de entendimento das consequências das transformações no mundo, alguns referenciais teóricos foram inspirando o caminho reflexivo. Assim, à maneira do “*bricoleur*” (Lévi-Strauss, 2002), alguns elementos teórico-conceituais presentes na trajetória como pesquisadora, embora não necessariamente relacionáveis, foram buscando compor, como em um quebra-cabeça, uma tentativa de organização às questões inquietantes surgidas a partir da pandemia de covid-19.

Nesse exercício do pensamento, a reflexão sobre um possível (re)ordenamento do mundo e da vida, a partir das desordens causadas pela pandemia às experiências de crianças, foi norteada por três questões principais: problemas de saúde mental e formas de sofrimento, crianças e cuidados. Os dois primeiros temas foram inspirados por aproximações anteriores com os referenciais da antropologia médica, da saúde e da doença e da antropologia da criança. O último tema passou a integrar inquietações mais recentes, a partir do contexto pandêmico, levando a estudos sobre o cuidado, das perspectivas antropológica e filosófica.

A articulação desses referenciais à reflexão aqui apresentada evidenciou a importância de análises críticas acerca das formas de sofrimento em crianças, a relevância do olhar e da escuta aprofundados de crianças em situação de vulnerabilidade social e, fundamentalmente, o reconhecimento ético e político dos cuidados de que necessitam para viabilizar cotidianamente suas vidas.

A possibilidade de (re)ordenamento de seus mundos não se encontra, portanto, no retorno a uma ordem ou a uma normalidade conhecidas, mas no reconhecimento de que, em um mundo, aquele dos adultos, cuja “desordem é desregrada”, referindo-nos novamente a Ortiz (2021), as crianças buscam manter o funcionamento do (seu) mundo por meio de novas formas de vida.

As teorias sobre o cuidado iluminam, assim, um caminho à reflexão que, em primeiro lugar, reitera nossa percepção acerca das limitações, no momento atual, de buscar o (re)ordenamento do mundo, segundo padrões (re)conhecidos e legitimados, como ocorre em processos de identificação de problemas e sofrimentos em crianças

fundamentados nos referenciais da lógica biomédica. A desordem de um mundo desregrado parece exigir uma compreensão mais aprofundada dos processos que envolvem as várias dimensões da vida, que podem suscitar formas mais complexas de sofrimento em crianças. Em segundo lugar, as questões sobre o cuidado apresentadas por Lovell (2013) e Laugier (2013), inspiradas pelos pensamentos de Veena Das, Wittgenstein e Cavell, iluminam um possível caminho para pensar, a partir do diálogo da antropologia com a filosofia, outras formas de ordenamento do mundo e da própria vida.

A perspectiva ética e política do cuidado no cotidiano abre caminhos ao entendimento de outras formas de vida, ao desvelar as relações – sociais, políticas e de outras ordens, inclusive com não humanos – que possibilitam, de outras maneiras, manter o funcionamento do mundo e dar continuidade à própria existência. Entre os vários autores que têm abordado a noção de “formas de vida”, no diálogo da antropologia com a filosofia, Lovell (2013) cita o trabalho de Michael Fischer³⁵, o qual parece indicar um caminho a ser aprofundado pelas pesquisas antropológicas, para

[...] formas de vida que ainda não encontraram sua expressão, ou seja, formas de vida que emergem de “modos de agir infundados”, que não são nada arbitrários, mas são o que deve ser assumido para que qualquer coisa seja “fundamentada”. Essas formas infundadas de agir incluem novas atividades e até mesmo novos jogos de linguagem dos quais emergem novas formas de vida (Lovell, 2013, p. 19, tradução nossa).³⁶

Vemos, assim, no aprofundamento da compreensão dessas formas de vida emergentes, uma possível aproximação com o mundo das crianças, do qual nós adultos somos parte, e com suas vidas transformadas pelas várias situações de vulnerabilidade social e de sofrimento no contexto da pandemia de covid-19. No entanto, ao contrário de buscar essa compreensão a partir de perspectivas reconhecidas e legitimadas

³⁵ Lovell (2013) refere-se ao trabalho de Michael Fischer (2003) sobre pesquisas antropológicas centradas sobre a vida emergente.

³⁶ No original: “[...] formes de vie qui n’ont pas encore trouvé leur expression, autrement dit aux formes de vie qui émergent à partir de ‘manières d’agir non fondées’, qui ne sont nullement arbitraires, mais qui, plutôt, sont ce qu’on doit supposer pour que quoi que ce soit ait ensuite un ‘fondement’. Ces manières non fondées d’agir incluent des activités inédites, voire de nouveaux jeux de langage d’où jaillissent de nouvelles formes de vie”.

sobre sofrimento de crianças e sua adaptação, ou não, às regras do mundo social, nos lançamos ao desconhecido desses modos de vida emergentes, em suas outras maneiras de se comunicar, de se comportar e de se expressar, para nos aproximarmos, de uma perspectiva ética e política, das maneiras como elas (re)constituem, no cotidiano, suas relações com as várias dimensões do mundo, configurando outros possíveis jeitos de ser e de viver.

Referências

BILAR, J. A. *et al.* Saúde mental de crianças na pandemia da covid-19: revisão integrativa. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 26, e-1450, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/37693/30901>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estudo da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio./ago. 2013.

DUARTE, L. F. D. Investigação antropológica sobre doença, sofrimento e perturbação: uma introdução. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 9-27.

EHRENBERG, A. Fatigue nerveuse: covid, santé mentale, individualisme. *Telos*, [s. l.], 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www.telos-eu.com/fr/societe/fatigue-nerveuse-covid-sante-mentale-individualism.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERREIRA, M.; NUNES, A. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan./abr. 2014.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Covid-19 e saúde da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz, 2020.

FISCHER, M. J. *Emergent forms of life and the anthropological voice*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2003.

IMRAN, N.; ZESHAN, M.; PERVAIZ, Z. Mental health considerations for children & adolescents in covid-19 pandemic. *Pakistan Journal of Medical Sciences*, [s. l.], v. 36, n. COVID19-S4, p. S67-72, abr. 2020. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7306970/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JIAO, W. Y. *et al.* Veena Das, Wittgenstein et Stanley Cavell: le care, l'ordinaire et la folie. In: LOVELL, A. M. *et al.* *Face aux désastres: une conversation à quatre voix sur la folie, le care et les grandes détresses collectives*. Paris: Les Éditions d'Ithaque, 2013. p. 161-192.

JIAO, W. Y. *et al.* Behavioral and emotional disorders in children during the covid-19. *The Journal of Pediatrics*, [s. l.], v. 221, p. 264-266.e1, abr. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32248989/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LAUGIER, S. Veena Das, Wittgenstein et Cavell: le care, l'ordinaire et la folie. In: LOVELL, A. M. *et al.* *Face aux désastres: une conversation à quatre voix sur la folie, le care et les grandes détresses collectives*. Paris: Les Éditions d'Ithaque, 2013. p. 161-192.

LEE, J. Mental health effects of school closures during covid-19. *The Lancet Child & Adolescent Health*, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 421, abr. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32302537/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LOADES, M. E. *et al.* Rapid systematic review: the impact of social isolation and loneliness on the mental health of children and adolescents in the context of covid-19. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, [s. l.], v. 59, n. 11, p. 1218-1239.e3, jun. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32504808/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

LOVELL, A. M. Aller vers la folie. Une anthropologie du care, entre l'extraordinaire et l'ordinaire. In: LOVELL, A. M. *et al.* *Face aux désastres: une conversation à quatre voix sur la folie, le care et les grandes détresses collectives*. Paris: Les Éditions d'Ithaque, 2013. p. 7-26.

NAKAMURA, E. *Depressão na infância: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2016.

NAKAMURA, E.; SILVA, C. G. O contexto da pandemia da covid-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis. In: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 160-164.

OLIVEIRA, W. A. *et al.* A saúde do adolescente em tempos da covid-19: scoping review. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HFr6JFJ7SqTLk8KLBPgTQZP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ORTIZ, R. Ordem/desordem em tempos de pandemia. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. esp., p. 181-186, ago. 2021.

UNICEF – UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. *The state of the world’s children 2021: On my mind – Promoting, protecting and caring for children’s mental health*. Nova Iorque: UNICEF, out. 2021.

VICTORA, C.; SCHUCH, P.; SIQUEIRA, M. D. “Almost nothing has changed”: ordinary ethics and forms of life in pandemic times. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 843-867, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/Zwt9QqQL6rC5G65VX5rrHSM/?lang=en>. Acesso em: 12 jan. 2023.